

**DO MOVIMENTO POPULAR À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA: UM CAMINHAR
PELA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM BELO HORIZONTE**Valéria Cardoso Guedes¹

"Ando devagar porque já tive pressa" (Renato Teixeira). Revisitando minha memória, nessa estrada de formação, sentimentos diversos enchem a minha mente e o meu coração. Com todos os desafios, como fui feliz atuando na EJA! No início tudo junto e misturado. Estudávamos os sujeitos, os tempos e espaços, diversidades e identidades, proposições curriculares, avaliação, gestão compartilhada, autogestão...

A frase "todos têm direito à educação", no início da década de 90, nos apresentava a seguinte questão: "todos quais?" Todos que procurassem a escola, que se encaixassem no único turno ofertado, que frequentassem assiduamente, enfim, que se adequassem a uma escola que não atendia às suas especificidades.

Foram 35 anos como educadora, dos quais 25 eu dediquei à Educação de Jovens e Adultos. Acredito que estar aqui hoje seja em função dos diálogos estabelecidos nos diversos espaços de formação, na cidade de BH e fora dela.

E agora estou aqui, aposentada, arriscando essa escrita. Carolina Maria de Jesus disse que a palavra que é escrita, permanece. Então, começemos.

Meu nome é Valéria Cardoso Guedes, tenho 61 anos de idade, sou formada em Pedagogia e durante 33 anos exercei o cargo de professora na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Estou aposentada desde 2018 e, desde então, como alguém que sempre desejou morar no litoral, aproveito este momento

¹ Professora aposentada da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Formada em Pedagogia.

da vida para morar no extremo sul da Bahia, em Caraíva, Porto Seguro. Estou em uma aldeia indígena do povo Pataxó, na “Costa do Descobrimento” - Aldeia Xandó.

Ao revisitar a minha trajetória profissional, sou tomada pela certeza de ter feito as escolhas mais acertadas em minha carreira. As reflexões que apresento aqui, neste texto, fizeram com que eu fosse tomada por um sentimento de alegria e gratidão. Tenho consciência de ter vivenciado de modo intenso todas as escolhas realizadas em minha vida profissional e isso possibilitou tornar-me uma pessoa melhor e melhorar a minha atuação profissional também. Em especial, nessa trajetória, destaco as vivências na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi nesta modalidade de educação que tive a oportunidade de ajudar muitas pessoas a ler o mundo pelas palavras.

Em 1985 ingressei na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Fui professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em 1991 passei a trabalhar também no Projeto “Adote um Pré”, na Creche Comunitária Bom Menino. Em 1995, à noite, comecei a trabalhar no Projeto de Educação de Trabalhadores (PET) na região do Barreiro. Alguns anos depois, encerrei o ciclo de trabalho na educação com crianças, e passei a trabalhar durante o dia também com pessoas adultas, no projeto de educação do Programa Executivo Bolsa Escola (PEBE) implementado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1996². Nesse projeto, assumi a docência junto a três grupos de mulheres mães bolsistas procedentes da Vila Pinho, Vila Cemig e Tirol e que constituíram o primeiro grupo da Regional³ Barreiro. Nos reuníamos duas vezes por semana, em encontros de duas horas e meia cada.

O projeto do PEBE era bem imediatista, tinha como principal objetivo ensinar às mães bolsistas a assinarem o nome. Foi criado para que o recebimento do benefício tivesse uma maior funcionalidade junto à Caixa Federal: os gerentes dos bancos reclamavam que, no dia do pagamento, era “um transtorno” porque a

² O PEBE foi um programa de transferência condicionada de renda para famílias que estavam em situação de risco sócio-econômico com o objetivo de garantir a permanência na escola pública das crianças de 7 a 14 anos.

³ A cidade de Belo Horizonte é dividida em nove sub-regiões administrativas chamadas de “regionais”. Estas são: Barreiro, Oeste, Leste, Centro Sul, Nordeste, Noroeste, Norte, Venda Nova e Pampulha.

maioria das mulheres não assinava o nome e tinha que “pôr o dedo na almofadinha”. A Prefeitura então chamou alguns professores da rede para atuarem nas regionais onde tinha mães bolsistas e treinarem com elas as suas assinaturas. Com esse grupo inicial de mães era então “treinar a escrita”, e não “construir uma escrita”.

As ações do PEPE eram coordenadas pela professora Emilce Soares em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a Secretaria de Assistência Social. Além da coordenação, Emilce se encarregava de ajudar na seleção, acompanhamento e formação de professores; de planejar, contribuir na execução das ações e avaliar a proposta pedagógica. Para tanto, quinzenalmente, o grupo de professores se encontrava para os encontros formativos. Um ponto de pauta comum nas reuniões com Emilce era a necessidade de ampliar o tempo de permanência das estudantes no Programa. Eu mesma naquela época bati muito na tecla e dizia: “tudo bem, a gente pode fazer esse movimento de treinar a escrita para assinar, mas elas precisam na verdade de ter esse conhecimento, de aprender a ler e escrever e ampliar os estudos”.

Nessas reuniões, eu e as professoras que atuávamos com as mães beneficiárias, compartilhávamos os depoimentos dessas mulheres que diziam sobre a necessidade de continuarem estudando e sobre como os nossos encontros tinham mudado as suas vidas. Teve mulheres que, após iniciarem a sua participação no projeto, tinham até reduzido o consumo de medicações para a depressão. Mas o que a maioria manifestava era a necessidade de aprender a ler, escrever e fazer contas para as coisas do cotidiano delas. Lembro-me de uma mulher que trabalhava como faxineira e que quando “a patroa” deixava um bilhete com um recado, ela saía da casa dela e ia até a sua para tentar encontrar alguém que pudesse ler para ela o que tinha escrito no papel. Só depois disso, retornava ao trabalho. Outra mulher contava que o marido, no seu trabalho, recebia um *ticket-refeição* todos os dias. Com esse dinheiro, o marido comprava alguns alimentos para a esposa fazer a comida e a marmita dele, mas quando ele comprava carne,

dizia que o dinheiro do *ticket* dava para comprar carne apenas para ele. A mulher, então, chegou até mim querendo aprender a ler o *ticket*-refeição e entender quanto valia, pois acreditava que, fazendo as contas direito, daria para comprar carne para toda a família.

Emilce, como coordenadora, passou a visitar as turmas e conversar também com as mulheres. Rapidamente, ficou evidente a necessidade do projeto ir além do seu objetivo inicial. Para muitas dessas mães, um ponto de inflexão foi, após terem aprendido a escrever o próprio nome, conseguirem renovar seus documentos de identidade com as suas assinaturas. A experiência da autonomia também veio quando conseguiram manusear sozinhas o caixa eletrônico (o que antes precisava do nosso acompanhamento), pegar e reconhecer senhas e, até sair de casa sozinhas, pegando o ônibus para fazer as suas atividades. Assim, veio o desejo e a necessidade de aprenderem mais. Agora, elas poderiam ler a bíblia -algo que várias demandavam-, escrever e ler bilhetes, ler as informações dos medicamentos, fazer contas no lápis (contas de cabeça algumas já faziam e muito bem). Essas eram demandas do mundo letrado que, antes do processo de alfabetização, para algumas dessas mulheres, eram quase impossíveis de serem alcançadas.

Este programa, e o projeto com as mulheres, apresentaram para a Secretaria de Educação uma demanda de pessoas que não tinham a escolaridade completa ou nunca haviam frequentado a escola na vida e que estavam desejosas de estudar. Nas reuniões com os técnicos do PEBE e com o acompanhamento da Emilce, eu e as outras professoras colocamos isso como demanda real. Além do mais, estavam também os familiares, vizinhos e amigos dessas mulheres que, aos poucos, começaram a bater na porta e perguntar: “Posso frequentar? Eu também não consigo ler”. Assim foi que ali, naquele espaço em que nos encontrávamos com essas mulheres, cedido pelo Centro de Apoio Comunitário (CAC) “Parque das Águas”, no Barreiro, juntamente com as outras turmas espalhadas pela cidade, iniciava uma nova EJA em Belo Horizonte que cresceria cada vez mais.

No final do ano 1999, iniciando o novo milênio, com a nossa insistência e o trabalho desenvolvido junto com a Emilce na Secretaria de Educação, conseguimos a ampliação do projeto, que passou a ser chamado Projeto de Educação de Jovens e Adultos do Bolsa Escola Municipal (Projeto EJA-BEM). Era uma época em que, na cidade, a EJA estava sendo discutida e em processo de reformulação. O novo projeto, portanto, a nosso entender, já devia levar o nome de educação para pessoas jovens e adultas, e não ser reconhecido como “supletivo” nem como uma ação separada das outras que floresciam na cidade.

Com isso, as turmas que atendiam as mães bolsistas continuaram, mas, agora, qualquer pessoa acima de 18 anos que não era alfabetizada poderia se inscrever. Outros professores foram chamados para atuar nas turmas que precisaram ser abertas, outros espaços foram cedidos pelas comunidades atendidas e as aulas passaram a ser ofertadas por um período de quatro dias na semana, como é atualmente.

Durante esse processo, ainda como professora da turma do CAC “Parque das Águas”, eu não tinha a dimensão exata do quanto as estudantes precisavam caminhar para chegarem até o espaço em que aconteciam as aulas. Elas estavam espalhadas por diferentes comunidades longe daquele espaço. Só mais tarde, consegui ter a dimensão exata do quanto elas andavam. Eram pessoas que vinham da Vila Cemig, do Alto das Antenas, Flávio Marques, dentre outros bairros do Barreiro. Apesar de ser um local amplo e acolhedor, essas mulheres chegavam, em grupos, cansadas e suadas de tanto caminhar. Mesmo eu mesma sendo moradora do Barreiro, só conhecia a Vila Cemig e adjacências por nome, não tinha transitado por esses espaços, portanto, também não tinha noção da distância que aquelas mulheres, a maioria idosas, percorriam.

Ao compreender o esforço feito por essas mulheres, fizemos -elas e eu- o movimento de buscar outros espaços. Era preciso conseguir um local que fosse mais acessível para a turma. Esse intento passou a ser pauta dos nossos encontros. Marcamos um dia na entrada da Vila Cemig, para juntas, visitarmos

alguns dos locais citados por elas: salão paroquial da igreja católica, salão da Igreja evangélica, associação de moradores, posto de saúde, creche, garagem da casa de um morador etc. Muito surpresa fiquei, como professora da Rede Municipal quando, nessa busca, avistamos uma escola grande, com muitas salas, bem no coração da Vila Cemig, que não tinha sido citada por nenhuma das estudantes.

Quando sugeri irmos até a escola, ouvi várias recusas. Frases como: "lá não é lugar para nós", "meu neto estuda lá, eu não", "tenho vergonha", "lá tem muito barulho", foram ditas de modo uníssono. Ainda assim, arriscamos. O atendimento das turmas em diferentes espaços da cidade se fazia necessária quando possibilitava o acesso, mas nada melhor do que ocupar uma escola pública e municipal se esse era o espaço que nos atendia. Eu acreditava que era necessário se apropriar da escola. Conversamos com a direção, que inclusive já conhecia aquelas mulheres enquanto mães e avós de seus estudantes. Em um primeiro momento, a diretora nos disse que não tinha espaço adequado para atender aquelas pessoas adultas, pois todas as salas estavam ocupadas nos dois turnos (manhã e tarde).

O funcionamento noturno não estava na pauta, transitar naquele território à noite ainda não era visto como seguro. Negociamos algumas possibilidades, entre elas, a de ficarmos na sala quando os estudantes do diurno saiam para a aula de Educação Física na quadra. Conseguimos, revezando entre uma salinha que era um depósito e, no último horário, íamos para uma das salas que ficava desocupada. Ficávamos das 15:30 até às 18:00. Um tempo depois, avaliamos junto a equipe do projeto e a escola, a possibilidade de alterarmos o horário e ficarmos das 16:00 às 19:00. Contudo, até a saída dos estudantes do turno da tarde, tínhamos que nos ajeitar em qualquer espaço ocioso da escola. Após a saída deles, a escola era toda nossa.

Alguns funcionários da escola, nos dias em que estávamos lá com a turma, ficavam até mais tarde, uns até começaram a assistir às aulas, nos serviam lanche. Acabavámos, inclusive, estendendo o horário até às 20:00 em alguns dias

da semana. Esse movimento de passar a ocupar esse espaço durante à noite, eu o enxergo como um movimento de romper barreiras. A gente presenciou cenas perigosas na época, tiroteios entre policiais e pessoas que usavam a região, perto de uma mata, como rota de fuga. Porém, mesmo assim, a comunidade começou a se sentir pertencente àquele espaço, dizendo: “nós precisamos estudar, nós vamos estudar e vai ser nesse horário da noite mesmo, que é o horário que a gente pode”.

A notícia de que tinha aula para adultos na escola da vila fez com que outro público manifestasse o desejo de voltar a estudar, aumentando substancialmente a procura da comunidade por escolarização. Eram jovens e adultos que não tinham concluído o ensino fundamental. Em sua maioria, ex alunos da própria escola. Contudo, é preciso lembrar que o Projeto EJA-BEM era para adultos não alfabetizados e que o vínculo com a escola era apenas para cessão do espaço. Portanto, naquelas condições iniciais, era impossível atender essa demanda. Foi então que iniciei uma lista de espera, com nome, endereço e escolaridade de quem procurava a escola.

Algumas pessoas que chegavam insistiam em ficar e ajudar os colegas, outros formavam grupos de estudos para troca de conhecimento e, em poucas semanas, abrimos mais duas salas para que esses grupos frequentassem. A escola se reorganizou e duas professoras do diurno, Sandra e Rosângela, começaram a ficar dois dias na semana auxiliando. Em pouco tempo, alcançamos 200 nomes na lista de espera e iniciamos a construção de uma proposta para garantir o direito à educação para esse público. Idas e vindas à Coordenação Regional, à SMED, mobilizaram a abertura oficial do turno noturno na Escola Municipal Dinorah Magalhães Fabri, na Vila Cemig. Escola na qual, anos depois, em 2012, eu seria eleita para a Direção.

Em razão das alterações na política do projeto, que exigia um acompanhamento mais sistemático, precisei me desligar do PET para poder estar integralmente nos novos rumos que começaram a ser trilhados. Passei a atuar dois horários com o EJA-BEM.

Até aquele momento, o EJA-BEM funcionava assim: quando o grupo já estava lendo e escrevendo, nós professoras fazíamos o movimento de encaminhá-lo para uma escola próxima onde poderiam dar continuidade aos estudos.

Porém, nem sempre isso era possível, como foi no caso que relatei acima. As barreiras físicas e simbólicas estavam enraizadas no próprio aparato burocrático da Secretaria, o que dificultava a inserção dos estudantes no sistema educacional. As barreiras físicas se davam pela distância entre a casa e a escola, o trabalho e a escola, com o agravante da oferta ser no turno noturno, frequência obrigatória, entre outras exigências. Já as barreiras simbólicas ocorriam em função de os próprios estudantes se acharem fora da idade, terem vergonha e de se sentirem não mais pertencentes aos espaços escolares, dentre tantas outras singularidades ligadas aos sujeitos. Mas eles precisavam se matricular, serem reconhecidos enquanto estudantes pela Secretaria Municipal de Educação, cursar o ensino fundamental e se certificar.

Foi levando estas questões para as coordenações do projeto e para a SMED — sempre entre idas e vindas nas quais repetíamos que era preciso ter uma oferta educativa e reconhecida pela nossa rede para todas essas pessoas — que conseguimos que o projeto EJA-BEM fosse finalmente ampliado e reformulado. Assim, em 2005 o projeto EJA-BEM passou a ser denominado de EJA-BH (Educação de Jovens e Adultos de Belo Horizonte), ofertando o ensino fundamental completo em diversos espaços da cidade. Os professores passaram a matricular as pessoas que chegavam nas turmas, faziam as matrículas e as encaminhavam para uma escola de vínculo, mas as aulas eram mantidas nos espaços e tempos já definidos pelo projeto: igrejas, centros de saúde, lar de idosos, escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência em Saúde Mental, entre outros. Isto, para nós, representava um avanço porque agora as pessoas passavam a ser reconhecidas e cadastradas enquanto estudantes da Rede Municipal, e não eram mais apenas participantes de um projeto.

A Gerência de Coordenação de Política e Formação (GCPF) da SMED, através do Núcleo de EJA-SMED, passou a coordenar todo o processo de organização: acompanhamento das turmas, formação de professores, construção da Proposta Político-Pedagógica, avaliação e relação dos espaços externos com turmas e as escolas de vínculo. Encontros semanais com os profissionais envolvidos no Projeto eram realizados às sextas-feiras no prédio da SMED.

No mesmo ano de 2005, com a criação do EJA-BH e a recente implementação da modalidade EJA que tínhamos conseguido na Escola Municipal Dinorah Magalhães Fabri, onde trabalhava, fui convidada para atuar no Núcleo de EJA da SMED como Coordenadora Pedagógica para tentar fazer o movimento de começar a abrir turmas em outras comunidades onde não se tinha essa oferta. Assim, já nesse período de transição, o Projeto EJA-BH foi se estruturando enquanto política de atendimento aos jovens, adultos e idosos. Os espaços foram cadastrados no Sistema de Gestão Escolar (SGE) e os estudantes tiveram suas matrículas efetivadas pela SMED. Novos professores foram selecionados, novas turmas foram abertas e a oferta passou a ser de Ensino Fundamental completo. Os professores realizavam a coleta de documentos dos estudantes e preenchiam as fichas de matrícula, que eram encaminhadas para a escola de vínculo. O papel da escola se restringia ao vínculo institucional para validação da vida funcional dos professores e da vida escolar dos estudantes. A gestão pedagógica e administrativa do Projeto era realizada pela nossa equipe do Núcleo de EJA.

Porém, eu entendia que as propostas pedagógicas desenvolvidas nas turmas espalhadas pela cidade requisitavam uma aproximação maior com as escolas de vínculos ou com as escolas da rede municipal mais próximas daquelas turmas para que o próprio espaço escolar também começasse a ser ocupado por potenciais estudantes de EJA. As escolas da cidade precisavam reconhecer que essa demanda era delas. Um trabalho nesse sentido ainda era preciso de ser feito.

Encontros semanais, às sextas-feiras no prédio da SMED, reuniam todos os professores com pautas de formação e organização do trabalho. Eram

momentos bem dinâmicos vividos no auditório do prédio, com todo o grupo e em salas separadas por critérios diversos, com assinatura do ponto, entrega e recolhimento de documentos e materiais, formação, troca de experiências, escuta das demandas, das angústias e alegrias. À medida que o Projeto foi se ampliando, o número de turmas e espaços também aumentou, deste modo, formalizamos junto às regionais outras escolas de vínculo.

Na organização inicial era um professor por turma, mas depois conseguimos ampliar o quadro para que mais professores atuassem como apoio para as coordenações regionais. Cabe dizer também que houve ampliação significativa do atendimento quando o Projeto EJA-BH assumiu os egressos do Programa Brasil Alfabetizado⁴. Realizamos a transição das turmas para a política da EJA mantendo os espaços e tempos em que eram ofertadas. Belo Horizonte foi considerada a cidade que mais incluiu os egressos desse Programa para o Ensino Fundamental pelo sistema educacional. Assim, na época avaliamos que a manutenção das turmas onde já eram realizadas as atividades é que possibilitou a continuidade dos estudos destes estudantes. Em outros inúmeros municípios, a única opção era o encaminhamento para a escola que já ofertava EJA, que em muitos casos não era acessível.

O diálogo e as propostas de trabalho construídas com as escolas de vínculo e próximas aos locais de funcionamento das turmas aproximaram os estudantes ao espaço escolar e as escolas às turmas. Algumas escolas passaram a enviar merenda, kits escolares, livros, materiais didáticos, giz. Algumas até conseguiram fazer intervenções na estrutura física dos locais onde funcionavam as turmas externas. Além disso, a proposta de ocupar a cidade com os estudantes da EJA possibilitou a conquista de ônibus para realizar passeios na cidade e fora dela. Mensalmente, uma cota de ônibus era disponibilizada para o Projeto. Parques,

⁴ O Programa de Alfabetização Popular denominado Brasil Alfabetizado foi criado em 2004 para um público mais vulnerabilizado da sociedade que não teve acesso à educação na idade regular. Esse Programa era previsto para durar seis meses, no entanto, em Belo Horizonte, esse tempo era ampliado em função da possibilidade dos estudantes migrarem para a EJA-BH.

museus, teatros, mercados, praças, centros culturais, cidades históricas, foram ocupados pelos estudantes e professores.

Em 2006 realizamos a primeira certificação e foram aproximadamente 200 estudantes que concluíram o ensino fundamental completo pelo Projeto EJA-BH. A partir daí o processo para certificação nas turmas foi reconhecido pelo sistema de gestão escolar. Em 2008, inicia -se o movimento de transição das turmas para as escolas de vínculo ou próximas, deixando, assim, de serem EJA-BH e se transformando em turmas externas da EJA. Isto significou que as escolas que ofertavam EJA assumissem as turmas do seu território como “EJA externa”. A proposta pedagógica e a gestão administrativa das turmas e professores ficavam a partir daí sob a responsabilidade de cada escola. As turmas foram incluídas nas escolas, migrando as matrículas dos estudantes e a transferência dos professores, garantindo assim, por parte da Secretaria Municipal de Educação, o direito à educação de adultos, jovens e idosas nas escolas.

Buscar na memória esse meu caminhar pelos programas e projetos da educação popular até a efetivação de uma política pública educacional, fortalece em mim a convicção de que a escuta, o diálogo, as lutas coletivas, a disposição e disponibilidade de vários atores de dentro e de fora do sistema escolar transformam reivindicações em conquistas, sonhos em políticas concretas.